

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA: OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA

Marcia Cristina de Oliveira Dias*

URBAN AGRICULTURE AT THE WONDERFUL CITY: THE PEDRA BRANCA'S MASSIVE FAMILY FARMERS

Resumo

Reconhecida mundialmente como a cidade maravilhosa, a urbanizada cidade do Rio de Janeiro também abriga uma rica, diversificada e invisibilizada produção agrícola. A partir de pesquisa qualitativa realizada com métodos etnográficos – registro audiovisual, entrevistas com produtores agrícolas, observação participante –, revisão bibliográfica e documental, o presente artigo aborda a resistência das práticas agrícolas na cidade, mais especificamente no Parque Estadual da Pedra Branca. Com o objetivo de debater a dicotomia rural-urbano, destacamos a relação entre o campo e a cidade, tradição e modernidade, produção agrícola e conservação da natureza..

Agricultura urbana. Território. Parque Estadual da Pedra Branca.

Abstract

Known worldwide as the wonderful city, the urbanized city of Rio de Janeiro also shelters a rich, diversified and unseen agricultural production. Qualitative research was the method used on this paper, with ethnographic methods - audiovisual records, interviews with agricultural producers, participant observation – and bibliographic and documental review. This article approaches the agricultural practices resistance at the city, more specifically at the Pedra Branca State Park. With the objective of discuss the rural-urban dichotomy, we underlined the relation between the field and the city, tradition and modernity, agricultural production and nature conservation.

Urban Agriculture. Territory. "Pedra Branca" State Park.

* Mestre em Ciências Sociais - PPGCS-UFRRJ. Experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem, unidade de conservação, território, agricultura familiar, conflito socioambiental. Email: marcia.cristina1964@gmail.com

INTRODUÇÃO

No imaginário do turista, dos governantes e até mesmo de muitos moradores, o município do Rio de Janeiro é a cidade maravilhosa – mundialmente conhecida por suas belezas naturais. Além das belas praias, a cidade abriga inúmeros parques – naturais e planejados. No entanto, apesar das belezas naturais, a imagem que o Rio de Janeiro reflete é o de uma cidade totalmente urbanizada. Esta representação da cidade é legitimada pelo Plano Diretor¹, datado de 1992, que decretou a extinção das áreas rurais na cidade.

Porém, a capital do Rio de Janeiro possui outra característica – a agricultura urbana. Além dos quintais orgânicos e das hortas comunitárias, a cidade possui inúmeros sítios com forte atividade agrícola. Na zona oeste da cidade, agricultores familiares produzem frutas, verduras e legumes que são comercializados em feiras orgânicas e agroecológicas espalhadas por vários bairros da cidade. É um comércio invisibilizado, mas uma forma de resistência às pressões políticas e socioeconômicas. A agricultura urbana resiste à especulação imobiliária, ao avanço da urbanização e às grandes redes de supermercados.

Esse cenário revela a relevância de repensar a relação rural-urbano e as fronteiras arbitrárias que recortam e definem determinadas áreas de acordo com interesses políticos e econômicos, sem considerar a realidade empírica e sociocultural das mesmas.

A participação em projetos de pesquisa, durante a graduação e o mestrado (2012-2016), possibilitou o contato com alguns desses agricultores, em especial com os agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, no município do Rio de Janeiro. Além de conhecer a agricultura urbana e a produção orgânica, a atuação neste projeto revelou outra ruralidade. Não o rural como sinônimo de atraso, mas um rural em sintonia com o mundo urbano.

Neste artigo são abordados os cultivos e os modos de vida desta população de modo a evidenciar outra face da cidade maravilhosa, desconhecida de grande parte de

¹ O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro foi instituído pela Lei Complementar N° 16, de 4 de junho de 1992.

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

seus moradores – a ruralidade urbana. O objetivo é discutir a dicotomia rural-urbano, apresentar as práticas agrícolas no município do Rio de Janeiro e revisitar os conceitos de agricultura urbana abordando sua relevância para a segurança alimentar e equilíbrio do ecossistema.

A DICOTOMIA RURAL-URBANO: UMA (DES) CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA

A origem das cidades é explicada por diversos teóricos e a partir de inúmeras perspectivas. Alguns defendem a tese de que as cidades teriam se originado em decorrência das práticas agrícolas, como uma demanda das áreas rurais, ou seja, as cidades teriam surgido como centros de trocas das mercadorias produzidas no campo e também como alternativa de trabalho. O excedente da produção agrícola teria servido de incentivo à busca de outras atividades que não a produção de alimentos². Em outros autores, as cidades modernas teriam surgido a partir da industrialização, ocasionando o êxodo rural, o esvaziamento das áreas rurais.

A cidade já é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário, quer dizer, ao isolamento e à solidão. (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

Para além dessas teorias, temos a categorização do espaço em área rural e área urbana – com a identificação do rural à prática agropecuária e do urbano com a industrialização e o desenvolvimento. Densidade demográfica é outro instrumento utilizado para caracterizar áreas urbanas e rurais. O IBGE se utiliza deste instrumento para classificar as áreas urbanas em três tipos – pouco densa, densa e muito densa – sendo que as muito densas

correspondem às áreas centrais de grandes aglomerações urbanas, caracterizando-se por um adensamento acentuado das construções, com presença de verticalização e quase ausência de solo não impermeabilizado. (IBGE).

² Segundo Sposito, “o desenvolvimento na seleção de sementes e no cultivo agrícola foi, com o correr do tempo, permitindo que o agricultor produzisse mais que o necessário para sua manutenção. Começou a haver um excedente alimentar. Isto permitiu a alguns homens livrarem-se das atividades primárias que garantiam a subsistência, passando a se dedicar a outras atividades”. (SPOSITO, 2005, p. 10).

Veiga (2004) nos informa que, enquanto em outros países a cidade é classificada a partir de uma combinação de critérios, tais como densidade demográfica, localização e número de eleitores, no Brasil, a classificação é puramente administrativa. Toda sede de município – independentemente do número de habitantes e densidade demográfica – é classificada como cidade. Além do debate referente à classificação de cidade, temos também uma especulação em relação a um fatídico fim das áreas rurais – da absorção da área rural pela urbanização, ou seja, ainda existe

a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização. Para seus adeptos, a oposição urbano-rural já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir [...]. (VEIGA, 2004, p. 26).

Wirth (1979) considera arbitrária a classificação de uma área, como urbana, apenas pelo número de habitantes. Segundo o autor, uma só categoria não dá conta de explicar a urbanidade. Existem aldeias e sociedades rurais com número de habitantes superior a muitas cidades urbanizadas. Uma definição sociológica de cidade precisaria abarcar os elementos encontrados apenas nesta sociedade, ou seja, seria necessário incluir, concomitantemente, as categorias de volume, densidade e heterogeneidade.

A densidade possibilita a diversificação e especialização no mundo do trabalho e explica a segregação e o predomínio do controle social formal. A heterogeneidade tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, além da filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais opostos.

Deve-se também considerar os diversos tipos de cidade – universitária, industrial, mineradora – e os avanços tecnológicos em transporte e comunicação. Wirth (1979, p. 95) conclui seu pensamento afirmando que, “para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”.

A cidade também pode ser definida sob o ponto de vista da economia. Em Weber (1979), toda cidade é um local de mercado. A cidade é o suporte da indústria e do comércio, enquanto o campo é o responsável por fornecer os meios de subsistência. A partir da análise de diversos tipos de cidade, Weber formula o tipo ideal de cidade – uma cidade no sentido econômico

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

quando a população local satisfaz uma parte economicamente essencial de sua demanda diária no mercado local e, outra parte essencial também, mediante produtos que os habitantes da localidade e a povoação dos arredores produzem ou adquirem para colocá-los no mercado (WEBER, 1979, p. 68).

A partir das definições aqui apresentadas, podemos perceber que, para além da dicotomia campo-cidade, urbano-rural, o que prevalece é uma inter-relação entre as duas áreas. Porém, a extinção, por força de lei, das áreas rurais, remete a outras questões, tais como: entraves jurídicos-burocráticos no acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura e alterações na cobrança dos impostos que incidem sobre a terra.

Conforme verificado acima, a agricultura frequentemente é associada à área rural. Com a extinção dessas áreas, o agricultor enfrenta maior burocracia para comprovar sua atividade agrícola e acessar programas como o PRONAF e o PNAE³. Paralelamente a esta questão, o pequeno sítio vê o valor do imposto que incide sobre a propriedade aumentar consideravelmente. Enquanto nas áreas rurais é cobrado um imposto federal – ITR –, na área urbana o imposto incidente sobre a propriedade é o IPTU – imposto municipal e de valor superior ao imposto federal.

Conforme podemos perceber, se por um lado, a extinção das áreas rurais no município do Rio de Janeiro contribuiu para o aumento da arrecadação municipal, por outro, gerou consequências negativas para os pequenos agricultores que vivem e produzem nesta cidade.

AGRICULTURA URBANA: QUANDO O CAMPO É A CIDADE

Historicamente, a prática agrícola tem sido associada à área rural, sendo, inclusive, um dos elementos citados para definir a ruralidade de determinada área. Entretanto, nos últimos anos tem sido recorrente a utilização do termo Agricultura Urbana – AU – para se referir às práticas agrícolas realizadas em áreas urbanas. A utilização

³ Para acessar as políticas públicas do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – e do PNAE – Programa Nacional de Alimentação escolar – o agricultor precisa ter a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf. “A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica)” (MDA).

deste termo revela um rompimento com a ideia disseminada pelo senso comum, que associava a atividade agrícola exclusivamente às áreas rurais.

Por agricultura urbana, compreendem-se todas as práticas agrícolas e/ou criação de animais realizados em áreas urbanas e em total integração com o ecossistema urbano. Sua prática está intrinsecamente ligada à segurança alimentar, agroecologia e sustentabilidade.

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – trabalha com o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP – abarcando, deste modo, não apenas a agricultura realizada no interior das áreas urbanas, como aquelas realizadas no seu entorno. Segundo a FAO, “a agricultura urbana e periurbana (AUP) pode ser definida como o cultivo de plantas e a criação de animais no interior ou nos arredores das cidades” (FAO)⁴.

Ainda de acordo com a FAO, a agricultura urbana é praticada por mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo. Apesar de, em muitos lugares, ainda ser uma atividade informal ou ilegal, a AU é uma importante fonte de geração de renda e produção agrícola diversificada, mesmo em época de crise ou escassez de alimentos.

A agricultura urbana dedica-se, principalmente, à produção para consumo próprio ou comercialização em pequena escala nos mercados locais. É considerada uma prática sustentável – valoriza a produção e consumo de alimentos da época e reduz despesas com deslocamentos e transporte da produção. Desde modo, a produção oriunda da AU chega mais fresca e com menor custo à mesa do consumidor.

Através da AU são produzidas hortaliças, frutas, legumes, plantas ornamentais e medicinais. A preferência é por cultivo de curto ciclo de produção. A venda é direta ao consumidor – sem a figura do atravessador.

A maioria dos agricultores urbanos se abstém da utilização de fertilizantes químicos e, a partir da combinação entre saberes tradicionais e científicos, adotam práticas sustentáveis que visam a proteção do solo, o reaproveitamento da água e a preservação ambiental.

⁴ Tradução livre da autora. No original: “la agricultura urbana y periurbana (AUP) puede ser definida como el cultivo de plantas y la cría de animales en el interior y en los alrededores de las ciudades” (FAO).

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

A agricultura urbana é uma prática invisibilizada e, em alguns casos, marginalizada. A FAO trabalha no sentido de apoiar e promover este tipo de produção agrícola de modo a torná-la uma atividade reconhecida e integrada às ações de desenvolvimento local e aos programas de alimentação e nutrição.

No Maciço da Pedra Branca, a agricultura urbana colabora para preservação de espécies, fertilização do solo e segurança alimentar, além de servir como instrumento de defesa, reconhecimento e valorização da agricultura familiar e da agrobiodiversidade.

DO MACIÇO AO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

As transformações espaciais ocorridas no município do Rio de Janeiro ocasionaram mudanças significativas na atividade agrícola. Nas serras do Maciço da Pedra Branca, atual Zona Oeste do Rio de Janeiro, a atividade agrícola teve início no século XIX com a lavoura de café, seguida pela laranja e posteriormente pelas hortaliças. Com o regime militar, as áreas agrícolas começaram a ser dizimadas em prol da especulação imobiliária.

Em 1974, toda área do maciço, localizada acima da cota altimétrica de 100m⁵, foi transformada em parque – o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Se, por um lado a criação deste parque impediu o avanço da especulação imobiliária, por outro impôs várias restrições aos agricultores familiares – proibição de queimada, de expansão da área agricultável, de utilização de veículos automotores. A extinção da área rural, no ano de 1992, foi mais um elemento de um quadro político e econômico totalmente desfavorável aos agricultores locais.

A criação de áreas protegidas é apoiada pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 225 incumbe o Poder Público de “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos [...]”. Com a regulamentação deste artigo e a criação do SNUC – Sistema Nacional de

⁵ Cota altimétrica de 100m ou cota 100 significa 100 metros acima de altitude, ou seja, toda área acima de 100 metros acima do nível do mar, foi transformada numa Unidade de Conservação do tipo Parque.

Unidades de Conservação⁶ –, através da Lei 9985/2000, todas as áreas protegidas passaram a ser referenciadas como Unidades de Conservação.

Segundo dados do SNUC – Sistema Nacional das Unidades de Conservação – existem duas categorias de Unidades de Conservação – UC – divididas em doze tipos. As do tipo Parque não permitem a presença de moradores e, em decorrência desta determinação, os moradores do Parque Estadual da Pedra Branca vivem, desde sua criação, sob a ameaça de remoção.

A criação do Parque Estadual da Pedra Branca e a crescente urbanização no seu entorno alteraram o modo de produção, a organização social, familiar e a divisão do trabalho, ou seja, modificaram o modo de vida deste ambiente bem brasileiro onde “imperava ainda a alma pura dos nossos caboclos” (CORRÊA, 1936, p. 60).

ENTRE O CAMPO E A CIDADE: A AGRICULTURA URBANA NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

Uma parcela significativa da população do Maciço da Pedra Branca é formada por agricultores familiares cuja história de vida se confunde com a história do maciço – a formação da paisagem, os cultivos locais, os modos de vida. Para esta população, o território onde estão inseridos é muito mais que provedor dos meios de subsistência, é parte constitutiva de suas identidades. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

A criação do PEPB⁷ em área que, anteriormente, era uma extensão do quintal de suas casas, obrigou-os a se adaptar a um novo modo de vida e de produção, limitado e delimitado por uma legislação que prioriza a “natureza” em detrimento do homem – como se este não fosse parte integrante desta “natureza”⁸.

⁶ O SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – foi instituído no ano 2000, através da Lei 9985, de 18 de julho.

⁷ O Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – é Unidade de Conservação de Proteção Integral. Este tipo de UC não permite a presença de moradores. A presença humana é aceita apenas em atividades de pesquisa, lazer, contemplação da natureza.

⁸O destaque ao termo natureza deu-se em virtude de, conforme já citado, esta natureza passível de proteção ter sido constituída e conformada ao longo do tempo e na interação com a população local. Ou seja, a paisagem do Parque não é natural no sentido estrito do termo.

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

Diante deste cenário, os agricultores uniram-se em associações e redes e desenvolveram diversas ações cujo objetivo final era dar visibilidade e legitimidade ao direito de permanência e continuidade da produção e reprodução de seus modos de vida. Entre essas ações destacam-se o Dia do Tira-Caqui e a Festa do Caqui – eventos que atraem moradores de outras áreas da cidade e ajudam a divulgar a produção agrícola local, principalmente, a produção do caqui.

Além do caqui, os agricultores do Maciço da Pedra Branca, cultivam banana, chuchu, aipim, abacate, hortaliças diversas. Para agregar valor à sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana, caqui-passa e o vinagre de caqui, entre outros –, estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo orgânico, evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis.

Através da parceria com seus pares e com instituições públicas e privadas, estes agricultores foram certificados como produtores orgânicos, conquistando o direito de participar das feiras orgânicas – comercializando seus produtos e visibilizando sua luta pelo direito ao território.

Ao adotarem o termo orgânico, os agricultores do PEPB estão, não apenas valorizando sua produção e se afirmando como agricultores familiares do PEPB, mas reafirmando uma prática antiga, pois, como a maioria deles nunca utilizou insumos químicos, eles alegam que sempre foram orgânicos, embora não utilizassem este termo – atualmente acionado como estratégia de ação política.

Dia do Tira-Caqui

Desde 2011, os agricultores do Maciço da Pedra Branca dedicam um dia do ano à colheita solidária do caqui. No dia 21 de abril, agricultores de todo o maciço, amigos e parceiros se reúnem no sítio escolhido para a realização da colheita do caqui, recebem orientações sobre técnicas de colheita e manejo do fruto – que é muito delicado – e, em seguida, dão início à colheita. Ao término da atividade, é servido um almoço comunitário.

Este é um dia de celebração da safra do caqui e de valorização da produção agroecológica.

Este movimento, iniciado “pelo olhar do outro”, dos mediadores – Rede Ecológica de Compras Coletivas, Projeto Profito⁹, Rede Carioca de Agricultura Urbana entre outros – tem como objetivo primeiro fomentar a discussão sobre a questão socioambiental e os conflitos inerentes à transformação de uma área habitada em Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Entre os resultados obtidos podemos citar o reconhecimento da identidade social do agricultor, a divulgação da existência de atividade agrícola no município do Rio de Janeiro e a gravação – pelo programa *Um pé de que?*, apresentado por Regina Casé, no Canal Futura – do Tira Caqui realizado em 21 de abril de 2014.

Festa do Caqui

A primeira edição da Festa do Caqui aconteceu em 01 maio de 2014. Devido ao grande sucesso, a segunda edição contou com três dias de festa – dias 1, 2 e 3 de maio de 2015. Diferentemente do Dia do Tira-Caqui, a Festa do Caqui é um Projeto Cultural organizado pela Agroprata – uma das três associações de agricultores do maciço.

Nesta festa, a divulgação da produção agrícola acontece através da degustação e comercialização de diversos produtos que tem no caqui seu ingrediente principal. Neste dia é possível conhecer a prata da casa – o vinagre de caqui – e saborear, além do fruto in natura, o caqui-passa, a cocada de caqui e o doce de caqui entre outros quitutes.

A Agroprata – Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – localizada em Rio da Prata, bairro de Campo Grande, foi, oficialmente, a primeira associação de agricultores criada no Maciço da Pedra Branca. Possui perfil em redes sociais e site próprio. Os associados são adeptos da agricultura orgânica. A presidência da associação é exercida por uma advogada, filha e sobrinha de agricultores. Os integrantes da associação são nativos ou moradores do Maciço da Pedra Branca.

A Agroprata surgiu a partir de um projeto da ONG Roda Viva – que orientou os agricultores sobre a prática da agricultura orgânica e como agregar valor a seus produtos

⁹ O projeto Profito Pedra Branca tem como objetivo a capacitação e inserção dos pequenos produtores do maciço da Pedra Branca em um arranjo produtivo local voltado à produção de plantas medicinais e fitoterápicos.

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

através do beneficiamento dos mesmos, produzindo, por exemplo, a banana-passa e o vinagre de caqui. Ainda por intermédio deste projeto, foi firmado um acordo de cooperação entre o IEF, atual INEA, e os agricultores. O IEF fez o zoneamento da área a ser cultivada e os agricultores se comprometeram a não expandir suas moradias, nem a área cultivada, por estarem localizados na área limítrofe do PEPB. Em 2002 a ONG Roda Viva construiu a sede da associação. Desde então, a Agroprata tem atuado no sentido de construir a identidade de agricultor orgânico assimilando valores e práticas ligadas à preservação do meio-ambiente.

Além de Rio da Prata, as localidades de Jacarepaguá e Vargem Grande também sediam outras duas associações de agricultores.

Agrovargem e Alcri: Espaços de luta e de resistência

A mais antiga das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca está localizada em Pau da Fome, Jacarepaguá, próximo à sede do Parque Estadual da Pedra Branca. Fundada no ano de 1986, a Alcri – Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá – ficou algum tempo desativada, sendo reativada em 1998 com o incentivo de dois engenheiros agrônomos da Emater¹⁰. A partir de então teve início a luta pela aquisição do CNPJ, que, no entanto, devido à burocracia, só foi alcançado em 2007. Nas reuniões, que ocorriam mensalmente, eram realizados cursos de capacitação direcionados aos agricultores locais.

A Agrovargem – Associação de Agroecologia de Vargem Grande – foi criada em 2007, a partir de ações desenvolvidas pelo Projeto Profito¹¹. Alguns agricultores tinham desistido da atividade agrícola e vendido suas propriedades. O Projeto Profito capacitou os agricultores remanescentes para a produção agroecológica de plantas medicinais para

¹⁰ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

¹¹ Projeto Profito: Plantas Medicinais no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca – Profito Pedra Branca – foi iniciado em 2006, pela equipe do Laboratório de Biodiversidade do Instituto de Tecnologia em Fármacos (FARMANGUINHOS/FIOCRUZ) a partir de um trabalho anterior elaborado por Sandra Magalhães Fraga, doutora em ecologia e funcionária de Farmanguinhos, sobre os rios do maciço da Pedra Branca e teve seu término em 2013. Este projeto surgiu no mesmo momento em que estava sendo elaborada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – uma política pública de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social – e, por conseguinte, passou por inúmeros entraves a sua implantação. Um dos objetivos do Profito é fortalecer a agricultura local – baseada na prática agroecológica –, orientar e capacitar os agricultores familiares deste território para o fornecimento de plantas medicinais para o Programa de Fitoterápicos do SUS.

o abastecimento de programas de fitoterapia da Secretaria Municipal de Saúde. A atividade agrícola foi revitalizada e a associação de agricultores formada. Atualmente, além de produzir plantas medicinais, os agricultores participam de feiras orgânicas e de várias redes e eventos relacionados à promoção da agricultura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proximidade cada vez maior com a cidade, a necessidade de adaptar suas atividades às restrições impostas pelo parque e ao mercado, que demanda novos produtos, direcionou os agricultores a uma readaptação de suas atividades. No entanto, o vínculo com a terra e com o território não foi alterado.

O mesmo indivíduo que lavra a terra, planta e colhe seu produto, também possui perfil em redes sociais, se comunica através de correio eletrônico e possui em suas residências equipamentos tecnológicos, como TVs e celulares de última geração. Este adendo visa enfatizar que a valorização da cultura não significa atraso ou descompassado em relação à modernidade. A população do maciço, especialmente a população tradicional, mostra que é possível conciliar o campo e a cidade, urbano e rural, tradicionalidade e modernidade.

No município do Rio de Janeiro, essas interações criam um espaço híbrido, onde as ações de seus indivíduos são determinadas por fatores socioculturais e econômicos e não por fronteiras políticas e geográficas. Apesar da não-existência de área rural, atividades ditas como rurais continuam resistindo e reafirmando sua força na cidade maravilhosa.

Paralelamente, a justiça e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – começam a reconhecer a AU como uma prática legítima. No ano de 2010, a justiça paulista concedeu a um agricultor o direito de pagar ITR sobre sua propriedade localizada em área urbana¹². A decisão baseou-se no artigo 15 do Decreto-Lei 57/1966, que versa sobre a incidência do ITR sobre a propriedade utilizada para atividades agropecuárias ou extrativistas, ainda que as mesmas estejam localizadas em áreas

¹² IRIB. **Segundo STJ, incide ITR em imóvel rural mesmo quando localizado em área urbana.** Dados disponíveis em: <<http://www.rib.org.br/noticias/detalhes/segundo-stj-incide-itr-em-imovel-rural-mesmo-quando-localizado-em-area-urbana>>. Acesso em 04 nov. 2017.

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE MARAVILHOSA

urbanas. Ao mesmo tempo, o novo manual da DAP – versão 2014 – reconhece o direito à emissão de DAP para agricultores familiares localizados em áreas urbanas. Estas são ações ainda pouco divulgadas, mas que, a médio e longo prazo, podem contribuir para o reconhecimento da importância da prática da agricultura urbana e o fim da dicotomia rural-urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1933 (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Adm., 1936).

FAO – **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. Disponível em <<http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>>. Acesso em 15/08/2015.

IBGE. **Áreas urbanizadas**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/areas_urbanizadas/default.shtm?c=8>. Acesso em 15/08/2015.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. **Revista Ciência e Cultura**, ano 56, N. 2, abr.-jun. 2004, pp. 26-29.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018